

25 ANOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ANDREA MARTINI PINEDA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)

BRUNA DE MORAIS HOLANDA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)

25 ANOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

RESUMO

Em 2020 comemoraram-se os 25 anos da criação do conceito de Investimento Social Privado (ISP) no Brasil. Neste período, o termo se tornou mais conhecido e o campo cresceu e se fortaleceu. Porém, ainda há muito espaço para sua atuação, o que motivou este estudo. Ao observar os primeiros 15 anos do conceito, Nogueira e Schommer (2009) constataram desafios (1) de ordem conceitual/político-institucional e (2) de ordem estratégico-gerencial para que o ISP avançasse à época, e que serviram de linha de base para este artigo investigar (conquistas e desafios) o campo nos últimos 10 anos, bem como apresentar perspectivas. Para tal, foi utilizada uma metodologia mista, com a análise dos dados do Censo GIFE e do Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), complementada por análise bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Investimento Social Privado; Filantropia; Gestão Social.

INTRODUÇÃO

Em 2020 comemoraram-se os 25 anos da criação do conceito de Investimento Social Privado (ISP) no Brasil enquanto repasse de recursos privados para fins de interesse público. Porém, os primeiros registros de filantropia no país datam da época da colonização portuguesa.

A partir de 1980, com a redemocratização do Brasil, amplia-se o trabalho das Organizações Não-Governamentais (ONGs) resultantes de movimentos sociais que emergiram durante e após a ditadura militar. Também era disseminada a ideia de cidadãos mais ativos, comprometidos com o espaço público coletivo, e menos uma visão assistencialista. Como consequência, a década seguinte é marcada pela proliferação de ONGs em diferentes áreas de atuação, entre as quais se destacam algumas que tiveram papel estruturante para o campoⁱ: Abong – Associação Brasileira de ONGs (1991), Instituto Ethos - Empresas e Responsabilidade Social (1998), IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (1999) e ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos (1999), entre outros.

Em São Paulo, desde 1989, um grupo de empresas promovia encontros informais na Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) com o propósito de debater e ampliar o conhecimento sobre filantropia empresarial, prática que começava a surgir no Brasil. Assim nasceu o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que em 1995 se constituiu formalmente como organização sem fins lucrativos (ABONG, 1995; BITENCOURT, 2004).

Não por acaso, o conceito de ISP é contemporâneo à criação do GIFE. Formulado por executivos e líderes de empresas, fundações e institutos nos anos 1990, o “ISP é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, s.d.b).

A primeira década dos anos 2000 é marcada pelo crescimento do ISP brasileiro: 60% dos institutos e fundações respondentes do Censo GIFE 2018 foram constituídos desde então. É desta

época a primeira edição da Pesquisa Ação Social das Empresas, do IPEA, que, no texto de publicação dos resultados, questiona:

“Modismo ou permanência? Uma indagação recorrente em relação ao envolvimento social das empresas diz respeito à continuidade dessa participação. Será um comportamento da moda, passageiro e circunstancial?” (PELIANO, 2001, p. 39).

Passados 25 anos da criação do conceito, é possível afirmar que o ISP não foi um modismo e, ao contrário, busca transformações perenes. A quantidade de projetos e instituições que os desenvolvem aumentou; sua atuação em rede se concretizou; sua incidência política se firmou, criando espaços reconhecidos de discussão, eventos, pesquisas e inserindo-se cada vez mais nas esferas de formação de opinião pública (MENDONÇA; SANTOS, 2020; PAGOTTO, 2019).

Neste sentido, a principal contribuição desse artigo é revisitar o trabalho de Nogueira e Schommer (2009) - que observaram os primeiros 15 do ISP - a partir de uma maior riqueza de dados existente atualmente, frente às várias edições do Censo GIFE e da BISC publicadas desde então. Com base nesses dados e em revisão bibliográfica e documental, realizamos análises e estabelecemos comparações e tendências para o campo do ISP.

O texto está organizado em quatro partes, além desta introdução: (1) metodologia, (2) análise das transformações sofridas no campo frente aos desafios elencados por Nogueira e Schommer (2009) e (3) perspectivas para o campo. Por fim, (4) a conclusão traz sugestões para pesquisas futuras.

METODOLOGIA

Este artigo analisou dados das últimas sete edições do Censo GIFE e das edições 2017 e 2018 da pesquisa BISC, bem como materiais institucionais, documentos públicos e textos acadêmicos produzidos sobre o objeto: o ISP brasileiro.

A partir desses dados, estabelecemos comparações com os primeiros 15 anos do campo - descritos por Nogueira e Schommer (2009) -, priorizando análises onde há dados relevantes na última década e optando por não nos aprofundar em questões que pouco avançaram.

Vale destacar que este estudo só foi possível dada a existência e continuidade da pesquisa BISC e indicadores do Censo GIFE, que permitem a construção de séries históricas e contribuem no planejamento, estruturação e qualificação da atuação dos investidores sociais. Resumimos suas características no Quadro 1:

Quadro 1: Caracterização das pesquisas Censo GIFE e BISC

	Censo GIFE	Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC)
Organização realizadora	GIFE	Comunitas

Descrição	Pesquisa quantitativa, auto-declaratória e voluntária, que fornece um panorama sobre recursos, estrutura, formas de atuação e estratégias das empresas e dos institutos e fundações empresariais, familiares e independentes que destinam recursos privados para projetos de finalidade pública	Ferramenta que traça parâmetros e comparações sobre o perfil dos investimentos sociais no Brasil, com o objetivo de apoiar a gestão social privada, visando a ampliação da qualidade e impacto do investimento social
Respondentes	Rede de associados GIFE	Grupo selecionado, com a participação voluntária de grandes empresas, fundações e institutos
Periodicidade	A cada dois anos	Anualmente
Edições	9 edições	13 edições
Última edição (ano de coleta dos dados)	2018	2020

Fonte: Sites do GIFE e Comunitas. Elaboração própria.

Atualmente, a rede de associados GIFE é composta por 165 instituições (GIFE, s.d.b), das quais 133 responderam ao último Censo GIFE, de 2018. Já a coleta feita através do BISC, também em 2018ⁱⁱ, conta com as respostas de 259 empresas e 17 institutos/fundações empresariais de todo o país.

TENDÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DA DÉCADA DE 2010

Nogueira e Schommer (2009) descreveram dois grupos de desafios que consideravam impedimentos para o avanço do campo do ISP, os quais analisaremos nesta seção.

A) **Desafios de ordem conceitual/político-institucional:**

Superar limites do próprio conceito de investimento social privado

Conceitos como “sociedade civil” e “terceiro setor” ainda se confundem (ALVES, 2004), assim como estes com o ISP, a filantropia e a Responsabilidade Social Corporativa (RSE), igualmente como destacado por Nogueira e Schommer em 2009.

Esclarecemos que a sociedade civil é uma forma politicamente organizada do espaço não estatal, enquanto o terceiro setor se refere às organizações não lucrativas voltadas para a produção e distribuição de bens e serviços públicos (ALVES, 2002, 2004). O ISP, por sua vez, está imerso em ambos, e se diferencia da filantropia não apenas diante do cunho pejorativo que o segundo termo adquiriu no Brasil (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009), mas também dada sua estruturação e preocupação com os resultados das atividades em que investe, e da RSE frente ao seu foco principal em atores externos às empresas (NOGUEIRA, 2014). Mais recentemente, um novo conceito, que também não deve ser confundido com o ISP, tem ganho espaço no vocabulário corporativo, ao cobrar das empresas princípios ambiental, social e de governança: *Environmental, Social and Governance* (ESG).

Essas questões estão associadas à produção acadêmica sobre o ISP no Brasil. Ela cresceu consideravelmente nos últimos anos: de 1995 (ano da criação do conceito de ISP) até 2009 (ano da publicação do artigo de Nogueira e Schommer) haviam 516 resultados associados ao termo “Investimento Social Privado” no Google Acadêmico. Ao repetir a busca a partir de 2010, obtêm-se outros 1460 resultadosⁱⁱⁱ. Apesar disso, essa produção ainda é baixa, o que pode ser entendido tanto como consequência da ambiguidade e do desconhecimento do conceito, quanto como causa deles. O baixo interesse, assim como a resistência ideológica de pesquisadores brasileiros em investigar temas relacionados ao ISP, fazem com que o conceito se mantenha turvo e não atinja a legitimidade e o reconhecimento público que o capital científico tem potencial de promover (ALVES, 2002).

Um horizonte promissor no meio acadêmico seria a composição de uma linha de pesquisa sobre o tema, como se vê em países com mais investimento em pesquisa (WINGS, 2017). Também é importante que o próprio ISP invista recursos na produção de conhecimento.

O Censo GIFE 2018 destacou que dos recursos repassados a terceiros, 24% foi destinado a instituições acadêmicas, centros de pesquisa e universidades, e 34% das estratégias adotadas para projetos ou programas são relativas ao apoio à pesquisa e divulgação de conhecimento científico. Contudo, ainda há espaço para o crescimento do conhecimento científico produzido/financiado pelos próprios investidores sociais.

Falta de cultura de investimento social privado e baixo volume de investimentos

Os dados do Censo GIFE 2018 indicam que a soma do volume investido pelas organizações respondentes foi de aproximadamente R\$3,25 bilhões nesse ano. A média dos últimos 10 anos de investimento desse mesmo grupo foi de R\$3,3 bilhões (valores atualizados pelo IPCA). Vale observar a diversidade nesse volume: metade dos respondentes do Censo GIFE 2016 investiu até R\$6 milhões e a outra metade mais de R\$6 milhões, com ampla variedade entre as duas faixas, variando de R\$1 a mais de R\$500 milhões.

Também em 2018, os dados da pesquisa BISC chegaram à seguinte conclusão: o volume de recursos destinados voluntariamente pelo grupo de respondentes foi da ordem de R\$2,4 bilhões, mesmo patamar do ano anterior (COMUNITAS, 2019).

É importante considerar que a última década foi marcada por um contexto político-econômico desafiador para o ISP no Brasil, destacando-se dois fatores:

1. Os efeitos da crise financeira internacional de 2008, somados a um cenário interno de instabilidade política e econômica do Brasil;
2. O decréscimo do volume de recursos investidos pelas empresas públicas brasileiras (Embratel, Vale, Petrobrás, etc.), que já foram grandes investidores sociais (COMUNITAS, 2019).

Diante desses fatores, a estabilidade no nível de investimento pode ser vista como positiva, apesar do volume ainda pequeno para o potencial de um país como o Brasil.

Baixo grau de diversificação de modelos

Atualmente, as instituições associadas ao GIFE se dividem entre (GIFE, 2019):

1. Empresarial: 52% dos respondentes foram criados e são mantidos por uma empresa ou seus acionistas;
2. Familiar: 22% dos respondentes foram criados e são mantidos por uma família ou indivíduo;
3. Independente: 13% dos respondentes são mantidos geralmente por mais de uma organização ou indivíduo;
4. E em 13% das instituições respondentes, o investimento social privado é feito diretamente pela empresa.

A partir desses dados, observamos que o cenário de hipertrofia do investimento social corporativo e baixa participação das organizações comunitárias e familiares, descrito por Nogueira e Schommer (2009) vem se alterando. Em pouco mais de uma década, a participação de institutos e fundações familiares respondentes cresceu de 8% para 22%, enquanto a proporção de empresas respondentes caiu de 24% para 13% (GIFE, 2019).

Quanto à forma como o recurso é destinado, é possível classificar os investidores sociais brasileiros entre: doadores (que doam mais de 90% dos seus recursos), executores (que operam diretamente mais de 90% dos seus recursos) e híbridos (que investem entre 10% e 90% dos recursos em projetos próprios e doações). Observando a série histórica do Censo GIFE, no Quadro 2, nota-se que os investidores variaram suas escolhas ao longo dos anos, contudo é sempre predominante seu papel como executores de projetos próprios.

Quadro 2: Formas de atuação dos investidores sociais privados (porcentagem do nível de recursos investidos)

Formas de atuação	2005/6	2007/8	2009/10	2011/12	2014	2016	2018
Executores	59%	39%	47%	32%	37%	43%	40%

Doadores	54%	20%	22%	15%	18%	16%	23%
Híbrido	não informado	41%	30%	52%	45%	41%	38%

Fonte: GIFE (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019). Elaboração própria.

Dificuldade de interlocução e colaboração entre setores e lógicas distintas

Se 10 anos atrás os obstáculos estavam na desconfiança e falta de clareza de papéis entre empresas, sociedade civil e governo e na credibilidade do terceiro setor (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009), hoje os desafios são de ordem dialética.

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e órgãos da administração pública sempre foram os principais parceiros dos investidores de todos os perfis. Em 2018, mais da metade dos respondentes do Censo GIFE apontam OSCs locais (62%) e nacionais ou regionais (56%) como parceiras de seus três projetos/programas mais representativos. O segundo principal tipo de parceria é com o Estado: 80% dos associados GIFE adotam estratégias de alinhamento às políticas públicas (GIFE, 2019).

Segundo dados da pesquisa BISC 2017, dois terços das empresas consideram que a aproximação com as políticas públicas amplia a visibilidade dos seus investimentos sociais e melhoram a sua qualidade. Da mesma forma, na percepção dos respondentes do Censo GIFE 2018, atuar em parceria com o poder público é necessário, senão essencial, como forma de ampliar as chances de sucesso, a escala e o impacto de seus projetos e aumentar suas possibilidades de continuidade ou conferir maior legitimidade às iniciativas.

O setor público, em contrapartida, também tem se mostrado receptivo a essa atuação conjunta: gestores públicos consideram as parcerias com instituições de ISP relevantes para alcançar o público alvo, contribuindo para a capilaridade dos projetos e políticas públicas (SANTOS, 2018). Entretanto, eles apontam como dificuldades na relação: o imediatismo do setor privado e a necessidade de uma maior escuta, capaz de captar as reais necessidades da comunidade (SANTOS; MENDONÇA, 2019).

Outra crítica é o que chamam de “projetos/soluções de prateleira”, que são disponibilizados pelo ISP para os gestores públicos como “propostas prontas”, sem preocupação com o contexto e necessidades locais. Por sua maior flexibilidade e autonomia financeira para inovar, desenvolver e implementar projetos, muitas instituições de ISP optam por desenvolver e testar projetos piloto em pequenas unidades, e uma vez comprovado o impacto nas avaliações externas, ofertam aos governos para serem escaladas, sem preocupação com adaptações para sua universalização.

Os profissionais do ISP estão tradicionalmente imersos em instituições de mercado, agindo de acordo com valores de performance, eficiência e competitividade. A partir das parcerias com o setor público, estes profissionais se aproximam da lógica do Estado - com racionalidades de adequação burocrática -, atuando assim em um espaço híbrido, no qual irão se deparar com incompatibilidades, mesmo que os valores estejam acordados em políticas, programas, projetos ou contratos (MENDONÇA; SANTOS, 2020).

"os próprios profissionais que trabalham no campo revelam a dificuldade de fazer a ponte entre os mundos sociais, público e privado, seja por diferenças de linguagem, valores, interesses ou expectativas" (NOGUEIRA, 2014, p. 110).

Nesse sentido, a experiência em parcerias mais longas têm demonstrado que (1) muitos modelos são saturáveis, e (2) os resultados na administração pública não ocorrem a curto prazo. Por isso a importância de ISP e governo pensarem conjuntamente na elaboração, aplicação e gestão compartilhada dos projetos (SANTOS; MENDONÇA, 2019). É preciso refletir como/se o ISP pode deixar um legado para a gestão pública, independente de governos e/ou estratégias de negócio.

A mesma reflexão vale para as parcerias com outros atores da sociedade civil, que identificam a adequação da linguagem como um dos elementos fundamentais no bom relacionamento com instituições do ISP (AOQUI; SANTOS, 2019; LYRA et al., 2013).

Ambiente legal instável e desfavorável ao Investimento Social Privado

Poucos avanços no campo jurídico e tributário foram feitos no campo do ISP desde o artigo de Nogueira e Schommer (2009). O Imposto de Causa Mortis e Doação (ITCMD) aparece como principal entrave jurídico para todos os perfis de investidores sociais no Censo GIFE 2018 (34%), seguido de questões relativas ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (24%), ao incentivo fiscal para doação de pessoa física (23%) e à regulação dos fundos patrimoniais (21%).

As disfunções burocráticas e falta de padronização dos processos perpassam por todos esses pontos e dificultam a ampliação da participação e do investimento do ISP em diversas áreas de interesse público, frente ao que se torna necessário ampliar a cultura de doação no Brasil, o que pode ser feito, por exemplo, por meio de incentivos fiscais.

B) Desafios de ordem estratégico-gerencial:

A pulverização dos investimentos, por um lado, com falta de foco dos investidores, e sua concentração e sobreposição

Mesmo passados 10 anos, o cenário de baixa diversidade na distribuição dos recursos apontado por Nogueira e Schommer (2009) se mantém. Em todas as edições do Censo GIFE, a área que concentrou o maior nível de investimentos foi a educação. Dentre as áreas com mais organizações nas últimas sete edições do Censo GIFE, além da educação, sempre aparecem cultura e artes, desenvolvimento local e comunitário, formação de jovens para o trabalho e a cidadania, apoio à gestão das OSCs e geração de trabalho e renda.

O mesmo ocorre quanto à região do país em que os projetos e programas em que o ISP investe são realizados. A predominância está na região Sudeste, seguida pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Mudanças foram observadas nesse sentido, com destaque para o aumento dos investimentos no Centro-Oeste, entre os anos de 2014 e 2016 (GIFE, 2017), mas ainda muito suaves.

A fragilidade nos modelos de governança e o distanciamento entre investidores sociais e comunidades

De acordo com o Censo GIFE 2018, 89% das organizações respondentes possuem um conselho deliberativo estruturado, composto majoritariamente por homens (73%) e brancos (89%), o que demonstra uma sub-representação de gênero e raça. Essa homogeneidade de composição tende a se refletir nas decisões estratégicas sobre a atuação e o investimento das instituições (ALVES; PINEDA, 2019).

Apesar de o assunto ter ganho visibilidade na última década, dada a própria criação de estudos a esse respeito, o cenário vem se alterando de forma ainda muito tímida: entre 2014 e 2016 houve uma queda de apenas 3% de homens e 2% de brancos na composição dos conselhos (GIFE, 2015, 2017).

Sublinha-se, portanto, a necessidade de fortalecer o modelo de governança adotado pelo ISP, para que ele abarque uma diversidade de atores e contemple também os interesses dos beneficiários do investimento social (ALVES; PINEDA, 2019; MONTEIRO; KISIL; WOODS, 2011).

A pouca experiência de avaliação dos investimentos, seus processos, resultados e impactos

No exame dos primeiros 15 anos do ISP, a questão da avaliação foi levantada como desafiadora, mas promissora, dada a perspectiva de profissionalização do campo (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009). O que ocorreu na última década foi consonante a essa análise, dada a preocupação do ISP em aprimorar essa discussão e suas metodologias e em ampliar seu impacto a partir de projetos calcados em evidências monitoradas e avaliadas.

Conforme aponta o Censo GIFE 2018, 80% das organizações respondentes fazem a avaliação dos programas e projetos que financiam, demonstrando que os investidores reconhecem a importância dessa prática. Apesar disso, apenas 62% delas faz avaliação institucional, importante para a reflexão sobre questões concernentes à sua própria estrutura e cultura organizacional.

O diálogo com visões contrárias ao envolvimento de agentes privados em questões públicas

No meio acadêmico e no campo de políticas públicas há uma discussão sobre a legitimidade e os limites da atuação de atores da sociedade civil nas questões de interesse público. Podem-se destacar duas correntes: uma mais tradicional, que defende que o Estado deve ser o único provedor do bem público, e outra, que ganhou espaço especialmente com a redemocratização do país, inaugurando um campo de estudos chamado de Gestão Social (MENON; COELHO, 2019), a partir do qual se estruturam estudos sobre ativismo institucional, coprodução de bens e serviços públicos, entre outros. Este artigo vem em consonância com a segunda corrente, a partir da perspectiva de que a capacidade de estabelecimento de uma diversidade de vínculos garante uma maior perenidade às políticas públicas (SPINK, 2002).

Essa discussão está associada à outras estabelecidas anteriormente a respeito da necessidade de aprofundar-se e disseminar-se o conceito de ISP, além da própria transparência das organizações que dele fazem parte, para que ele possa legitimar-se e assim conquistar a confiança dos demais atores, seja da sociedade civil, seja dos agentes públicos.

Ademais, faz-se necessário que o ISP assuma sua atuação política (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009; PAOLI, 2002) e se posicione frente às questões desafiadoras para o campo, como tributação de grandes fortunas e fortalecimento das OSCs, por exemplo.

PERSPECTIVAS PARA O CAMPO

Com a experiência da pandemia de Covid-19, ficou latente a importância e a necessidade de articulação entre os diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, algumas tendências que já vinham sendo observadas nos últimos anos se mostraram ainda mais precisas no campo do ISP, como, por exemplo:

. Colaboração: 92% dos investidores sociais integram redes/grupos, sendo as três estratégias mais adotadas pelo ISP em 2018 a mobilização/conscientização/articulação, o fortalecimento de redes e o fortalecimento de grupos/organizações/comunidades (GIFE, 2019);

. Inovação: recebe destaque no Censo GIFE 2018 como relevante para geração de maior impacto pelos projetos e programas financiados e executados pelo ISP;

. Aproximação com negócios de impacto: mensurados pela primeira vez no Censo GIFE 2014, apresentaram um crescimento considerável no volume dos investimentos, de 10% em 2016 para 26% em 2018 (GIFE, 2015, 2017, 2019);

. Fortalecimento das OSCs: têm amadurecido o entendimento de que o fortalecimento das OSCs é uma das finalidades do ISP. Esse foi um dos oito objetivos estratégicos elencados pelo GIFE para o campo entre os anos de 2015 e 2020 (GIFE, s.d.a), e apresenta uma tendência de crescimento: 60% dos investidores sociais indicam esse ponto como foco de sua atuação, e o apoio institucional à OSCs (desvinculado a projetos/programas) cresceu de 24% para 30% entre 2016 e 2018 (GIFE, 2019);

. Contribuição com políticas públicas: ainda que entre 2016 e 2018 tenha decrescido de 86% para 80%, a aproximação com o setor público enquanto estratégia adotada pelo ISP ainda é considerada importante e necessária pelos investidores sociais (COMUNITAS, 2018; GIFE, 2019);

. Práticas de *advocacy*: tímidas até 2016, passaram a ser mais recorrentes entre os associados, seguindo uma tendência mundial: 35% das organizações que apoiam o fortalecimento do ISP em seus países (como o GIFE no Brasil) estão extremamente engajadas em atividades relacionadas à *advocacy* (PAGOTTO, 2019; WINGS, 2017). Apesar disso, tiveram uma queda no último Censo GIFE: de 59% em 2016 para 47% em 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo o passado, é possível planejar o futuro. A partir das análises dos dados produzidos pelas séries históricas do Censo GIFE e do BISC, este artigo trouxe como principais contribuições o desenho da evolução do ISP na última década - com base nos desafios constatados por Nogueira e Schommer (2009) - e de seu atual estado da arte, levantando novas perspectivas para o campo.

É possível afirmar que, além de se expandir, no período analisado, o ISP se diversificou: ampliou seus atores de interlocução, fortificou seus processos avaliativos, inovou nas formas de atuação, bem como nas abordagens e estratégias de fazê-lo. Apesar disso, diferentemente do que ocorre com a Responsabilidade Social Corporativa, os investidores sociais brasileiros ainda se esforçam para demonstrar legitimidade e pertinência perante a ambiguidade semântica e desconhecimento do conceito de ISP.

Se, por um lado, é significativa a manutenção no nível de recursos investidos pelo ISP nos últimos anos - mesmo em um período de tantas oscilações econômicas -, por outro, ainda é pequeno frente ao potencial de países como o Brasil.

Frente a essas questões, o próprio ISP poderia, como grupo, fazer incidência política mais efetiva e estratégica por pautas pertinentes ao campo - por exemplo, por um ambiente regulatório mais favorável às doações - e adotar a estratégia de redes de afinidade por agendas, como já vem ocorrendo em alguns casos^{iv}, a fim de ampliar seu impacto e reconhecimento.

Igualmente relevante é a constante profissionalização do campo e de seus colaboradores, iniciada na década de 1990, mas ainda aquém do necessário para uma atuação estratégica e integrada às reais demandas sociais (ALVES et. al, 2013).

Por fim, salientamos que as discussões colocadas neste artigo não se esgotam aqui. A cada um dos avanços, desafios e perspectivas levantados cabe uma análise mais aprofundada. Seja nas suas agendas de atuação, seja no fortalecimento do campo, vale investigar oportunidades de incidência política dos atores do ISP e modos de aprimorá-las.

REFERÊNCIAS

ABONG - Associação Brasileira Organizações Não Governamentais. As ONGs e a realidade brasileira. **Cadernos ABONG**, vol. 12. 1995.

ALVES, Mário. A. **Terceiro Setor: o dialogismo polêmico**. [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ALVES, Mário A. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. Edição especial, p. 141–154, 2004.

ALVES, Mario A., NOGUEIRA, Fernando A., & SCHOMMER, Paula C. Profissionalização e Lógicas Ins-titucionais: O Profissional do Investimento Social Privado no Brasil. Anais do **XXXVII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR2358.pdf>

ALVES, Mário A.; PINEDA, Andréa M. O valor das diferenças no Investimento Social Privado em educação. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 1, 2019.

AOQUI, Cássio; SANTOS, Diana M. Novas narrativas para o investimento social e acesso a recursos nas periferias. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 2, p. 4–14, 2019.

BITENCOURT, Cláudia. **Gestão Contemporânea de pessoas: Novas Práticas, Conceitos Tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

COMUNITAS. **Relatório BISC 2018**. São Paulo: Comunitas, 2019. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

COMUNITAS. **Relatório BISC 2017**. São Paulo: Comunitas, 2018. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/bisc-2017-10-anos>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. **Agendas Estratégicas**. [s.d.a]. Disponível em: <www.gife.org.br/agendas-estrategicas>. Acesso em 28 de ago. 2020.

_____. **Censo GIFE 2005/2006**. 2007. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2005-2006>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **Censo GIFE 2007/2008**. 2009. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2007-2008>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **Censo GIFE 2009/2010**. 2011. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2009-2010>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **Censo GIFE 2011/2012**. 2013. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2011-2012>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. **Censo GIFE 2014**. 2015. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2014>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

- _____. **Censo GIFE 2016**. 2017. Disponível em: <
<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2016>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- _____. **Censo GIFE 2018**. 2019. Disponível em: <
<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2018>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- _____. **Investimento Social Privado**. [s.d.b]. Disponível em: <
<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em 22 jan. 2021.
- LYRA, Mariana G. et al. Investimento Social Privado além dos Aspectos Econômicos: Compartilhamento de Conhecimento na Relação Empresa-ONGs. **Revista Alcance**, v. 20, n. 2, p. 221–236, 2013.
- MENDONÇA, Patricia; SANTOS, Paula S. Investimento Social Privado e políticas públicas de educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 80, p. 1–19, 2020.
- MENON, Isabela O.; COELHO, Fernando S. Gestão Social como campo do saber no Brasil: Uma investigação de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 79, p. 1–27, 2019.
- MONTEIRO, Helena; KISIL, Marcos; WOODS, Márcia K. **Tendências do investimento social privado na América Latina**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
- NOGUEIRA, Fernando A. Investimento social privado. In: BOULLOSA, R. (Ed.). **Dicionário para a formação em gestão social**. 1. ed. Salvador: Editora CIAGS, 2014. p. 109–111.
- NOGUEIRA, Fernando A.; SCHOMMER, Paula C. **Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil : Conceito e Práticas em Construção**. XXXIII EnANPAD. **Anais...**São Paulo: 2009
- PAGOTTO, Livia M. Advocacy em rede: em busca de maior impacto do investimento social privado no Brasil. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 2, 2019.
- PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B.S.(Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- PELIANO, Ana Maria T. M. **Bondade ou interesse? Como e por que as empresas atuam na área social**. Brasília: IPEA, 2001.
- SANTOS, Beatriz. **Percepções e experiências dos gestores públicos ao alinhamento do investimento social privado às políticas públicas: Resultados de survey com gestores públicos em comparação com o Censo GIFE e BISC**. 2018. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão de Políticas Públicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTOS, Beatriz C.; MENDONÇA, Patricia M. E. Percepções e experiências dos gestores públicos sobre o alinhamento do Investimento Social Privado às políticas públicas. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 1, 2019.
- SPINK, Peter. Parcerias e alianças com organizações não-estatais. In: SPINK, Peter; BAVA, Sílvia C.; PAULICS, Veronika (Eds.). **Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
- WINGS - Worldwide Initiatives for Grantmaker Support. **Infrastructure in Focus: a new global picture of organizations: Serving Philanthropy growing and strengthening the field**. 2017.

ⁱ Este trabalho utiliza o termo “campo” corroborando com Mendonça e Santos (2020, p. 2): “as organizações do Investimento Social Privado (ISP) brasileiro têm se consolidado como um campo organizacional característico e com práticas compartilhadas, criando espaços reconhecidos

de discussão, eventos, pesquisas e inserindo-se cada vez mais nos espaços de formação de opinião pública”.

ii A título de comparação, optamos por utilizar os dados da edição 2018.

iii Resultados obtidos em 22 de março de 2021.

iv Alguns exemplos são a aliança entre o Observatório do Clima, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e a Rede de Advocacy Colaborativa na defesa do meio ambiente; e entre a Profissão Professor, o Movimento Colabora e o Movimento pela Base na defesa pela educação pública de qualidade.